

Altos índices de endividamento associados à renda e desemprego: um panorama do cenário de Inadimplência das famílias brasileiras em 2021.

Fabíola Queiroz

Coimbra Business School
ISCAC, Polytechnic of Coimbra, PORTUGAL.
a2021151280@alumni.iscac.pt

Palavras – Chave: Brasil, desemprego, desocupação, dívidas, endividamento, Inadimplência, trabalho, renda.

RESUMO

O índice de endividamento das famílias brasileiras bateu o recorde em 2021. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), o maior aumento registrado nos últimos anos, com médias superiores à 70,9 % [1], foram o desemprego, o retorno do consumo pós-pandemia e a inflação. Identificar os possíveis fatores, atribuídos a essa alta, são necessários para compreensão sobre como variáveis demográficas podem ser utilizadas para análises do perfil dos clientes e risco de crédito [2], assim, buscar ações preventivas. Em contrapartida, as taxas de desemprego desdobram-se em efeitos no sistema financeiro, com rendas sem aumentos significativos, e estão intimamente relacionados de maneira macroeconômica [3].

Este estudo tem como objetivo analisar as altas taxas de endividamento enfrentadas pelo Brasil no encerramento do ano de 2021 e validar como o desemprego (desocupação) e a renda podem ter sido fatores determinantes para este aumento. Os dados foram obtidos de séries temporais em arquivos públicos, e os bancos de dados foram relacionadas por um modelo dimensional no Power BI, no design de esquema estrela. Os dados também foram desnormalizados e padronizados, tendo como tabela facta Calendário e Regiões do Brasil, uma vez que a análise de todas as variáveis tiveram ‘Datas’ e a ‘localização’ como Base para junção das informações.

As séries históricas da PEIC, apuradas mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010, coletou dados de 18.000 consumidores em todas as capitais do Brasil. A revisão dessas informações foi feita por meio de uma análise das taxas de desemprego e suas variáveis, correlacionando com as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD e com dados

obtidos por amostragem probabilística, trimestralmente, num esquema de rotação da amostra adotada nomeado de 1-2(5), onde o domicílio é entrevistado 01 (um) mês e sai da amostra por 2(dois) meses seguidos, sendo esta sequência repetida 5 (cinco) vezes. As manutenções destes dados são feitas por um Banco de Dados Agregados chamado SIDRABrasil, abrangendo 20 Regiões Metropolitanas e Municípios das Capitais brasileiras.

As informações sobre o Endividamento (Inadimplência) foram importadas separadamente, conforme disponibilizado na base de dados para download, e agrupadas em um Datawarehouse, com os seguintes indicadores: percentual de consumidores endividados e com contas em atraso, percentual de consumidores que não terão condições de pagar suas dívidas, tempo de endividamento e nível de comprometimento da renda. Constatou-se 3 (três) pontos de anomalias em 2021 com a medida média das famílias endividadas inesperadamente alta (76,30%) e apresentando o valor acima do intervalo esperado (74,49%). Em média 10,48% do total das famílias alegaram não ter condição de pagar em 2021, um índice relevante em relação aos últimos anos, mas menor que 2020; em média 25,16% das famílias apontaram possuir contas em atraso. Em evidência a região Sul alcançou o maior percentual de famílias com dívidas, mas é a que tem a menor incidência de famílias que não terão condições de pagar. Já o Nordeste possui a maior proporção de contas em atraso e o Norte a maior incidência de famílias que não tem condições de pagar.

A PNAD contínua traz informações sobre a população no mercado de trabalho e de suas características e permitem o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Analisando o ano de 2021, verificamos anomalias no mês de Abril, aumentos significativos do desemprego de pessoas com idade entre 14 e 24 anos e com índices de escolaridade inferiores ao ensino médio. A desigualdade entre as médias totais da taxa de desemprego dos sexos reflete na maior participação dos homens no mercado de trabalho e na menor participação feminina.

Quando analisamos a média da renda nos últimos anos não percebemos um aumento relevante que seja compatível ao aumento do consumo e às altas taxas de desemprego, sendo este um possível fator que justifique a discrepância dos percentuais de endividamentos registrados em 2021. Ou seja, a família tem menor poder aquisitivo, menos empregabilidade e mais dívidas em atraso. Na lógica o que poderia diminuir os altos índices de inadimplência no último ano seria uma média de renda mais elevada.

Os possíveis fatores onde o endividamento tem um maior potencial, podem ser analisados quando se identificam variáveis que podem determinar a capacidade de endividamento dos consumidores e para as organizações. Para traçar um perfil do risco de crédito e auxiliar as organizações em sua capacidade decisiva, proporcionando oportunidades de discussão em relação à adequações de problemas preexistentes, é importante a manutenção de uma análise temporal, com um planejamento a longo prazo. Este deve estar condicionando às expectativas e objetivos da organização, sem um limite específico, realizados continuamente, e levando em consideração as mudanças nos cenários econômico- financeiros.[3]

- [1] do Comércio, Confederação Nacional (2022), 'Pesquisa nacional de endividamento e inadimplência do consumidor', Online.
- [2] MALTA, Tanira Lessa, and Marcos Antônio de Camargos. "Variáveis da análise fundamentalista e dinâmica e o retorno acionário de empresas brasileiras entre 2007 e 2014." REGE-Revista de Gestão 23.1 (2016): 52-62.
- [3] sociais, Síntese de Indicadores (2020), 'Uma análise das condições de vida da população Brasileira, Online.
- [4] LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras : aplicações e casos nacionais. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010. 603 p.